

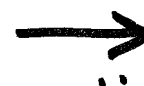
II
S É R I E

DIÁRIO DA REPÚBLICA

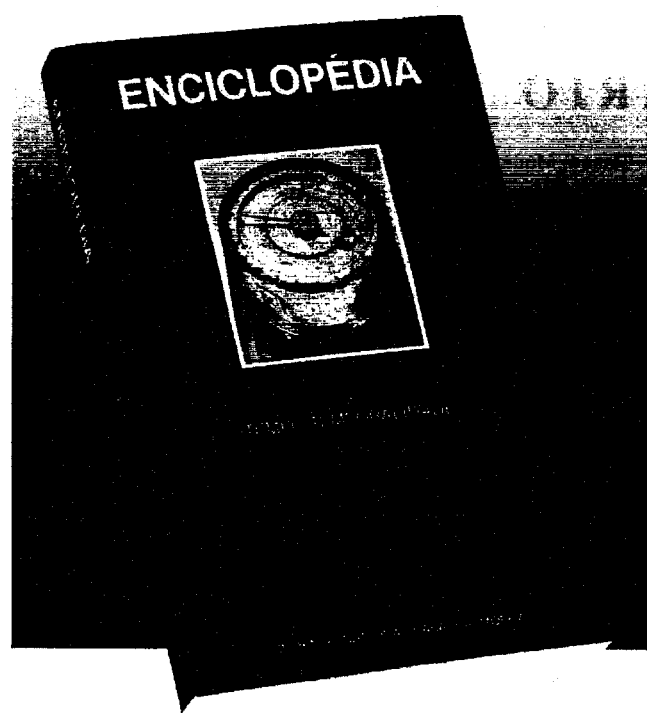
APÊNDICE N.º 51/98

SUMÁRIO

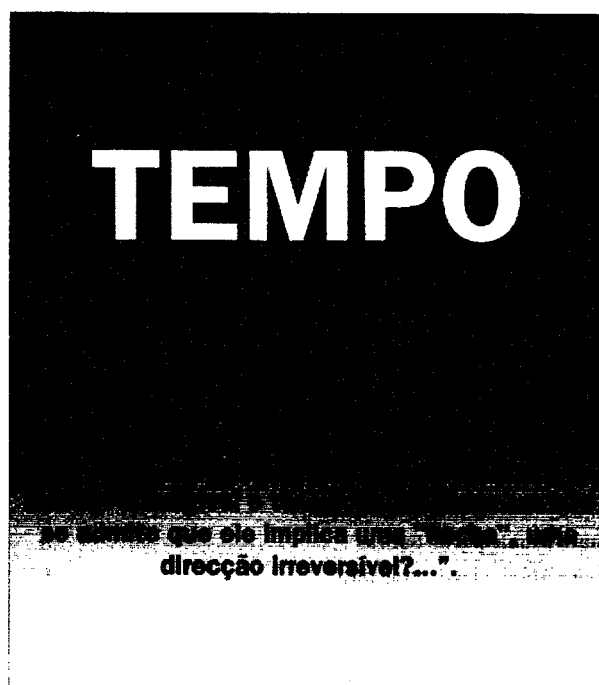
Câmara Municipal de Águeda	3	Câmara Municipal de Lagos	17
Câmara Municipal de Aguiar da Beira	3	Câmara Municipal de Loulé	17
Câmara Municipal de Alcochete	3	Câmara Municipal da Lourinhã	17
Câmara Municipal de Almada	4	Câmara Municipal de Lousada	28
Câmara Municipal de Alter do Chão	4	Câmara Municipal de Mafra	28
Câmara Municipal de Alvito	6	Câmara Municipal de Manteigas	28
Câmara Municipal de Anadia	6	Câmara Municipal de Marvão	28
Câmara Municipal de Angra do Heroísmo	6	Câmara Municipal de Matosinhos	28
Câmara Municipal de Benavente	6	Câmara Municipal de Mértola	29
Câmara Municipal do Bombarral	7	Câmara Municipal de Mirandela	29
Câmara Municipal de Boticas	8	Câmara Municipal de Montemor-o-Novo	29
Câmara Municipal de Bragança	8	Câmara Municipal de Oeiras	29
Câmara Municipal do Cadaval	8	Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	30
Câmara Municipal do Crato	9	Câmara Municipal de Paços de Ferreira	30
Câmara Municipal do Entroncamento	9	Câmara Municipal de Paredes	30
Câmara Municipal de Estremoz	9	Câmara Municipal de Paredes de Coura	30
Câmara Municipal de Évora	14	Câmara Municipal de Pedrógão Grande	30
Câmara Municipal de Fafe	14	Câmara Municipal de Penalva do Castelo	30
Câmara Municipal de Faro	14	Câmara Municipal de Peniche	31
Câmara Municipal do Funchal	15	Câmara Municipal de Ponta Delgada	33
Câmara Municipal do Fundão	16	Câmara Municipal de Porto de Mós	33



Câmara Municipal de Porto Santo	33	Junta de Freguesia de Marvila	59
Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz	33	Junta de Freguesia de Mértola	59
Câmara Municipal de Salvaterra de Magos	33	Junta de Freguesia de Miragaia	60
Câmara Municipal de Santa Comba Dão	33	Junta de Freguesia de Monforte	60
Câmara Municipal de São João da Pesqueira	33	Junta de Freguesia de Moreira de Rei	61
Câmara Municipal de Sesimbra	35	Junta de Freguesia de Odivelas	61
Câmara Municipal de Setúbal	36	Junta de Freguesia de Oliveira do Conde	61
Câmara Municipal de Sintra	36	Junta de Freguesia de Ossela	61
Câmara Municipal de Vagos	36	Junta de Freguesia de Porto Covo	62
Câmara Municipal de Valongo	44	Junta de Freguesia da Reboleira	63
Câmara Municipal de Vendas Novas	45	Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz	64
Câmara Municipal de Viana do Alentejo	45	Junta de Freguesia de Santiago Maior	65
Câmara Municipal de Viana do Castelo	52	Junta de Freguesia de São Barnabé	65
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	52	Junta de Freguesia de São Teotónio	66
Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão	57	Junta de Freguesia de Sermonde	70
Junta de Freguesia de Aldeia Nova do Cabo	58	Junta de Freguesia de Terena (São Pedro)	70
Junta de Freguesia de Alvarenga	58	Junta de Freguesia de Vimieiro	70
Junta de Freguesia de Cabrela	59	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Almada	71
Junta de Freguesia de Cascais	59	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Loures	71
Junta de Freguesia de Cernache do Bonjardim	59	Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Portalegre	71
Junta de Freguesia da Fajã da Ovelha	59		



**Enciclopédia
Einaudi**
um corpus de 41 volumes,
uma referência de base.



IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA
À venda nas livrarias da INCM

Pedro Nuno de Magalhães Almeida Pila, para desempenho de funções correspondentes à categoria de auxiliar de serviços gerais, escalão 1, índice 110, pelo período de oito meses, com início em 2 de Março de 1998.

Rosária Maria Pedras Gonçalves Fernandes, para desempenho de funções correspondentes à categoria de auxiliar de serviços gerais, escalão 1, índice 110, pelo período de oito meses, com início em 4 de Março de 1998.

(Isentos de visto do Tribunal de Contas.)

10 de Março de 1998. — O Vereador do Pelouro de Recursos Humanos, *Manuel José Cardoso Alves Pereira*.

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Aviso n.º 2324/98 (2.ª série) — AP. — *Contrato a termo certo.* — Para os devidos efeitos se informa que, o conselho de administração dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Setúbal, em reunião de 23 de Dezembro de 1997, deliberou renovar o contrato a termo certo pelo período de seis meses a partir de 18 de Fevereiro de 1998 com a engenheira do ambiente de 2.ª classe, Maria Miguel Rodrigues Marques Guerreiro Correia.

16 de Fevereiro de 1998. — O Vereador com competência delegada na Área da Gestão e Direcção do Pessoal ao serviço do município, *Francisco Ventura Soares Feio*.

Aviso n.º 2325/98 (2.ª série) — AP. — *Contratos de trabalho a termo certo.* — Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro), se torna público que, autorizados por deliberação camarária tomada em reunião de 19 de Fevereiro de 1998, foram celebrados contratos de trabalho a termo certo, ao abrigo do disposto nos artigos 18.º, n.º 2, alínea d), daquele diploma, 45.º, n.º 3, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, e no Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar, por urgente conveniência de serviço, pelo prazo de um ano, com início em 2 de Março de 1998 e para o desempenho de funções correspondentes à categoria de vigilante de jardins e parques infantis (escalão 1, índice 110, a que corresponde o vencimento mensal de 60 900\$, conforme o previsto no Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar), com Bruno Alexandre Gregório Alfredo, Antonino Alberto Abreu Albon e José Carlos Carvalho Moraes. [Isentos de visto de visto do Tribunal de Contas, conforme o previsto no artigo 114.º, n.º 3, alínea g), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

25 de Fevereiro de 1998. — O Vereador com competência delegada, *Francisco Ventura Soares Feio*.

Aviso n.º 2326/98 (2.ª série) — AP. — *Contratos de trabalho a termo certo.* — Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro), se torna público que, autorizados por deliberação camarária tomada em reunião de 5 de Fevereiro de 1998, foram celebrados contratos de trabalho a termo certo, ao abrigo do disposto nos artigos 18.º, n.º 2, alínea d), daquele diploma, 45.º, n.º 3, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, e no Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar, por urgente conveniência de serviço, pelo prazo de um ano, com início em 9 de Fevereiro de 1998, e para o desempenho de funções correspondentes categorias que se referem, com os seguintes indivíduos:

Jose Carlos Avelino dos Santos Valente, Joaquim Cláudio Campos Espada José António da Silva Fortunato e Fernando da Silva Catarino, condutores de máquinas pesadas e veículos especiais (escalão 1, índice 140, que corresponde o vencimento mensal de 77 500\$).

José Joaquim Nunes Matos Ferreiro, Joaquim Augusto da Costa Domingos, Manuel da Cruz Pinhão e Manuel Martins Roldão, motoristas de pesados (escalão 1, índice 135, a que corresponde o vencimento mensal de 74 700\$).

José Rosa Alexandre Nunes Machado, tractorista (escalão 1, índice 125, a que corresponde o vencimento mensal de 69 200\$).

[Isentos de visto de visto do Tribunal de Contas, conforme o previsto no artigo 114.º, n.º 3, alínea g), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

25 de Fevereiro de 1998. — O Vereador com competência delegada, *Francisco Ventura Soares Feio*.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

Aviso n.º 2327/98 (2.ª série) — AP. — Em cumprimento do disposto na alínea b) do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que por despacho de 16 de Fevereiro de 1998 da presidente da Câmara, foram celebrados contratos de trabalho a termo certo com os seguintes trabalhadores:

Ana Raquel Vicente Lima Natário — técnico superior de Direito de segunda, índice 380, pelo prazo de 12 meses, com início a 3 de Março de 1998.

Ana Sofia Guerreiro Nascimento — técnico superior de Direito de segunda, índice 380, pelo prazo de 12 meses, com início a 3 de Março de 1998.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Março de 1998. — Por delegação de competências da Presidente da Câmara, o Director do Departamento de Recursos Humanos, *José António Vaz Guerra da Fonseca*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VAGOS

Aviso n.º 2328/98 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se torna público que por despacho do presidente da Câmara Municipal, datado do dia 5 de Fevereiro de 1998, foi renovado o contrato de trabalho a termo certo, com o António dos Santos Gandarez, até ao período máximo de um ano.

10 de Março de 1998. — O Presidente da Câmara, *Carlos Bento*.

Aviso n.º 2329/98 (2.ª série) — AP. — Nos termos do alínea a) do n.º 2 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, na redacção dada pela Lei n.º 18/91, de 12 de Junho, faz-se público que a Assembleia Municipal de Vagos, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 1998, aprovou, mediante proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião extraordinária do dia 16 de Fevereiro de 1998, o Regulamento do Mercado Municipal de Vagos, o qual entrará em vigor 15 dias após a sua publicação no *Diário da República*.

10 de Março de 1998. — O Presidente da Câmara, *Carlos Bento*.

Regulamento de Funcionamento do Mercado Municipal de Vagos

A conclusão dos trabalhos de construção civil do Mercado Municipal de Vagos recomendaram a elaboração de um regulamento disciplinador da sua organização e funcionamento.

Pretende-se privilegiar a utilização do mercado para as actividades de venda directa de produtos alimentares, quer nas bancas, quer nas lojas, proporcionando-se deste modo a possibilidade dos agricultores colocarem à venda os seus produtos, por um lado, e os consumidores adquirirem os bens que necessitam directamente do produtor, por outro.

Apesar da tentativa de harmonização e enquadramento dos diferentes produtos que serão colocados à venda, estamos convencidos que no futuro serão necessários ajustamentos pontuais, por forma a dinamizar o seu funcionamento interno e fazer do Mercado Municipal de Vagos um espaço não somente de natureza comercial, mas também de convívio e de bom relacionamento inter-pessoal.

Assim, no uso da competência conferida pelo artigo 242.º da Constituição da República Portuguesa, e para efeitos de cumprimento do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 340/82, de 25 de Agosto, é aprovado o presente Regulamento do Mercado Municipal de Vagos, nos seguintes termos:

Artigo 1.º

1 — A organização e funcionamento do Mercado Municipal de Vagos obedecerá às disposições do presente Regulamento.

2 — Os ocupantes dos lugares, no exercício da sua actividade, passam a reger-se pelas disposições deste Regulamento, pelas previstas no Decreto-Lei n.º 340/82, de 25 de Agosto, e demais legislação aplicável.

Artigo 2.º

1 — A ocupação dos lugares é feita a título precário.

2 — A direcção efectiva desses locais e da venda aí realizada compete aos titulares da ocupação, salvo nos casos de autorização especial a conceder pela Câmara Municipal, após pedido fundamentado para o efeito e enquanto se verificarem as circunstâncias que fundamentaram o deferimento do pedido.

3 — A substituição não isenta o titular da concessão da responsabilidade por quaisquer acções ou omissões do substituto, mesmo que, por motivo delas, lhe sejam aplicáveis penalidades.

4 — A inexactidão dos motivos invocados, quando verificada, implica o imediato cancelamento da autorização especial.

Artigo 3.º

1 — A requerimento dos interessados, poderá ser autorizada a troca de bancas, decorridos oito dias sobre a afixação de aviso no local próprio do mercado.

2 — Nas situações previstas no número anterior, o direito à ocupação das bancas cessará igualmente no final do prazo inicialmente fixado aquando da concessão.

Artigo 4.º

Cada pessoa singular ou colectiva apenas pode ser titular de, no máximo, dois lugares no Mercado Municipal de Vagos.

Artigo 5.º

Aos detentores dos títulos de ocupação poderá ser autorizada pela Câmara Municipal a cedência a terceiros dos respectivos lugares, desde que ocorra um dos seguintes factos:

- a) Invalidez do titular;
- b) Redução a menos de 50% da capacidade física normal do mesmo;
- c) Outros motivos ponderosos e justificados, verificados caso a caso.

Artigo 6.º

Por morte do ocupante preferem na ocupação dos mesmos locais o cônjuge sobrevivente não separado judicialmente de pessoas e bens e, na sua falta ou desinteresse, os descendentes, se aquele ou estes ou os seus legais representantes assim o requererem nos 60 dias subsequentes ao decesso.

Artigo 7.º

1 — Em caso de concurso de interessados, a preferência defer-se pela ordem prevista no artigo anterior.

2 — Concorrendo apenas descendentes, observam-se as seguintes regras:

- a) Entre descendentes de grau diferente, preferem os mais próximos em grau;
- b) Entre descendentes do mesmo grau, abrir-se-á licitação.

Artigo 8.º

1 — Nas lojas e bancas do mercado não poderão ser feitas quaisquer beneficiações ou modificações sem autorização da Câmara Municipal e, quando impliquem a realização de obras, deverão elas ser requeridas nos termos legais e sujeitas ao pagamento das respectivas licenças.

2 — As obras de conservação das lojas e bancas incumbem aos respectivos ocupantes e poderão ser feitas mediante licença a requerer à Câmara Municipal, por iniciativa destes ou em cumprimento de intimação camarária.

Artigo 9.º

1 — Todos os titulares de autorização de venda e seus empregados, em especial os ocupantes de bancas ou lojas são obrigados a manter esses locais em estado de escrupulosa limpeza, devendo apresentar-se com o maior asseio, podendo a Câmara Municipal, se assim o vier a deliberar, impor o uso de batas ou

de qualquer outro vestuário especial, bem como exigir que se apresentem à autoridade sanitária competente para inspecção.

2 — Todos os ocupantes deverão deixar os lugares devidamente arrumados e asseados, cumprindo-lhes a sua limpeza, que deverá estar concluída 30 minutos antes do encerramento do mercado e não poderá ser feita, em caso algum, depois da lavagem do recinto pelo pessoal camarário.

Artigo 10.º

Os vendedores são responsáveis por todas as deteriorações que forem causadas, por si ou pelos seus empregados, nas lojas ou bancas que ocupem ou em outras dependências do mercado, pagando as respectivas indemnizações, sempre que para isso sejam intimados, voluntária ou coercivamente.

Artigo 11.º

Os vendedores são obrigados a respeitar e acatar as ordens e determinações dos empregados da Câmara Municipal em serviço no mercado, podendo reclamar, por escrito para o presidente da Câmara, quando se julgarem prejudicados.

Artigo 12.º

1 — As lojas e bancas serão concedidas por arrematação em hasta pública ou carta fechada, quando a Câmara Municipal o entender, com base de licitação a fixar pela mesma Câmara, depois de anunciada por editais a afixar com a antecedência de 30 dias nos Paços do Município e no local do mercado a esse fim destinado.

2 — A praça ou a abertura de propostas realizar-se-á perante a Câmara Municipal na reunião indicada nos respectivos editais.

3 — O facto de haver um só lance ou proposta não impedirá a adjudicação, excepto se houver suspeita de conluio entre os concorrentes.

4 — Os arrematantes ou concorrentes serão devidamente identificados e quando não sejam os próprios deverão estar munidos de procuração.

5 — Nas arrematações das bancas, 50% das mesmas serão destinadas aos residentes no concelho de Vagos, e havendo mais do que um a optar, terá preferência aquele que há mais tempo exercer a actividade inerente à arrematação. Em caso de igualdade, proceder-se-á a arrematação da banca, de entre estes, em hasta pública.

Artigo 13.º

1 — Quando não tenha havido pretendentes, ou os lugares tenham ficado vagos, a Câmara poderá conceder a sua ocupação, a requerimento do interessado e com dispensa de arrematação, pelo valor proporcional da base de licitação fixada no edital para a arrematação, relativamente ao período temporal que falte decorrer até ao termo da concessão.

2 — Os requerimentos mencionarão o nome, estado civil, idade, profissão, residência, número de contribuinte, telefone e actividade que pretende desenvolver.

3 — Se houver dois ou mais requerentes para a ocupação da mesma loja ou banca, efectuar-se-á sempre a arrematação em hasta pública ou por carta fechada, nos termos do número anterior.

Artigo 14.º

O arrematante é obrigado a liquidar, no primeiro dia útil a seguir à praça, a importância da arrematação, sob pena da concessão ficar sem efeito.

Artigo 15.º

O arrematante é obrigado a iniciar a ocupação do local no prazo máximo de 30 dias a partir da arrematação, sob pena da concessão ficar sem efeito e o titular da ocupação sem direito a qualquer indemnização nem à restituição das taxas já pagas.

Artigo 16.º

Os locais arrematados consideram-se, para todos os efeitos, a cargo dos seus titulares, que desde logo os poderão ocupar após o cumprimento do estipulado no artigo 14.º do presente Regulamento.

Artigo 17.º

1 — Aos titulares do direito de ocupação é garantida a permanência nas lojas e bancas no prazo previsto no acto da arrematação, mediante o pagamento das taxas de ocupação fixadas.

2 — As taxas referidas no número anterior poderão ser revistas anualmente sob proposta da Câmara Municipal à Assembleia Municipal, que as deverá aprovar por forma a entrarem em vigor em 1 de Janeiro de cada ano.

3 — Quando não for fixada nova taxa de ocupação, entende-se que continua em vigor a taxa em uso.

4 — O período da concessão será definido pela Câmara Municipal.

5 — A Câmara Municipal pode conceder a lojas ou bancas distintas, prazos de concessão diferente.

Artigo 18.º

A recusa de autorização, por parte da Câmara Municipal, em consentir a exploração ou alteração do ramo, não desobriga o titular da ocupação do pagamento das respectivas taxas até ao fim do mês em referência.

Artigo 19.º

1 — O pagamento da taxa de ocupação mensal no mercado será feito na Tesouraria da Câmara Municipal, mediante guias pedidas na secretaria, até ao dia 15 do mês anterior àquele a que disser respeito, sob pena de agravamento de 30%. Caso esse prazo termine em dia de feriado, fim-de-semana ou tolerância de ponto, o mesmo considera-se prorrogado até ao primeiro dia útil seguinte.

2 — Na falta de pagamento no prazo fixado, a Câmara Municipal, independentemente da cobrança coerciva, poderá declarar a perda do direito de ocupação.

3 — Se o titular da ocupação assim o pretender poderá pagar, dentro do mesmo ano económico, simultaneamente, mais de uma mensalidade.

Artigo 20.º

O pagamento da ocupação das bancas que não são objecto de arrematação será feito diariamente por meio de guias fornecidas pelo Serviço de Fiscalização, que serão intransmissíveis e estarão obrigatoriamente em poder dos interessados durante o período da sua validade, sob pena de se poder exigir novo pagamento.

Artigo 21.º

Os ocupantes do mercado não podem exercer nele comércio de produtos diferentes daqueles para que estão autorizados e a que o local se destina, nem dar-lhe uso diverso daquele para que foi concedido, sob pena de lhes ser retirada a respectiva autorização e sem direito a qualquer indemnização.

Artigo 22.º

1 — O Mercado Municipal de Vagos terá o horário de funcionamento que a Câmara Municipal determinar.

2 — O horário estará patente no Mercado, em lugar bem visível.

3 — Qualquer alteração ao horário será anunciada com, pelo menos, 10 dias de antecedência.

Artigo 23.º

1 — Os vendedores ficam sujeitos à aplicação de coima de 500\$ a 100 000\$ e entre 1000\$ e 200 000\$ em caso de dolo, pelas infracções ao presente Regulamento, e designadamente se:

- a) Efectuar qualquer venda fora das bancas ou lojas para esse fim expressamente destinadas;
- b) Colocar quaisquer objectos fora da área correspondente ao lugar que ocupem;
- c) Deixar abertas torneiras ou gastar água para outro fim que não seja a limpeza dos lugares que ocupam;
- d) Conservar animais de criação sem as condições mínimas de conservação, designadamente em recintos subdimensionados ou fechados, e ainda sem alimentação e água;
- e) Colocar nas lojas ou bancas, sem autorização da Câmara ou do encarregado do mercado, baldes, estantes, estrados ou quaisquer móveis;
- f) Fixar pregos, armações e artigos semelhantes nas paredes, sem licença camarária;
- g) Deixar recipientes de limpeza, ou outros, abandonados, fora dos lugares que lhes estão adstritos;

h) Expor à venda géneros ou mercadorias sem a devida autorização ou legitimidade;

i) Dar entrada a quaisquer géneros ou mercadorias sem ser pelas portas destinadas a esse fim;

j) Fazer lume em qualquer local do mercado, sem autorização do encarregado do mercado;

k) Molestar de qualquer modo os empregados, os outros vendedores ou quaisquer pessoas que se encontrem dentro do mercado;

l) Molestar os empregados do mercado ou outros funcionários da Câmara Municipal, no exercício das suas funções;

m) Formular de má fé, verbalmente ou por escrito, queixas ou participações inexactas ou falsas contra os funcionários ou empregados do mercado ou contra qualquer utilizador ou seu empregado.

2 — Por deliberação da Câmara, poderá ser proibido, temporária ou definitivamente, o exercício da venda no mercado, a qualquer vendedor ou seu substituto ou auxiliar, que tenham sido punidos nos termos do número anterior, há menos de um ano, por reincidirem na mesma falta.

3 — A proibição cominada no número anterior pode ser aplicada logo após a primeira transmissão ao n.º 1 do presente artigo, quando se verifique que a pessoa tem cadastro criminal ou policial.

Artigo 24.º

1 — Sob pena de coima de 500\$ a 100 000\$, é proibido a qualquer pessoa dentro do mercado:

a) Pernoitar nas lojas ou no interior do mercado;

b) Lançar para o pavimento quaisquer resíduos, tais como: espinhas, penas de aves, folhas ou restos de hortaliças, cascas de frutas ou legumes verdes ou secos, papéis, lixos, água suja, bem como conservar esses restos ou resíduos fora dos baldes ou caixas de limpeza a esse fim destinados;

c) Estar deitado ou sentado nas bancas ou mesas, bem como sobre os géneros expostos à venda;

d) Proferir palavras obscenas ou, de qualquer modo, incomodar os utentes;

e) Intervir em negócios alheios ou em questões de serviço e desobedecer aos empregados camarários em serviço no mercado;

f) Amolar, ou afiar facas, ou qualquer ferramenta nas paredes, pavimentos, bancas ou qualquer outro local do mercado;

g) Cuspir no chão ou nas paredes;

h) Urinar ou defecar fora dos locais a esse fim destinados ou utilizar os mictórios e sentinas de modo a deteriorá-los ou a sujá-los;

i) Deitar nas canalizações tudo o que possa deteriorá-las ou entupi-las;

j) Entrar no mercado com quaisquer veículos;

k) O uso de publicidade sonora.

2 — Os processos de contra-ordenação respeitantes às infracções descritas no presente artigo, bem como no artigo anterior, seguem a tramitação prevista pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro.

Artigo 25.º

1 — O serviço interno do mercado será orientado e dirigido pelo encarregado do mercado, designado pelo presidente da Câmara Municipal.

2 — A cobrança das taxas respeitantes às bancas que não são objecto de arrematação, referidas no artigo 20.º deste Regulamento, será feita pelo encarregado do Mercado ou por pessoal camarário sob a orientação deste.

Artigo 26.º

1 — Todo o pessoal adstrito ao serviço do mercado é obrigado:

a) A apresentar-se devidamente limpo em todos os actos de serviço;

b) A não se ausentar do lugar de serviço sem autorização e sem que seja devidamente substituído;

c) A não se valer do cargo que desempenha ou da sua autoridade para prejudicar seja quem for;

d) A velar pelo cumprimento das disposições deste Regulamento, mantendo rigorosa ordem e disciplina no interior do mercado;

- e) A usar de correcção com todas as pessoas que frequentem o mercado, prestando os esclarecimentos que lhe sejam pedidos;
 - f) A velar pela cobrança das receitas camarárias, procurando com diligência evitar as fraudes;
 - g) A não exercer no mercado, directa ou indirectamente, qualquer ramo de comércio ou indústria;
 - h) A manter boas relações com todos os seus colegas de trabalho;
 - i) A informar, com verdade, os seus superiores de tudo o que interessa ao serviço.
- 2 — É vedado aos serventuários municipais prestar no mercado quaisquer serviços que não sejam os inerentes às suas funções ou determinações superiores.
- 3 — É proibido aos funcionários municipais que prestem serviço no mercado receber directa ou indirectamente dos utilizadores dádivas de qualquer espécie.

Artigo 27.º

1 — Compete ao encarregado do mercado:

- a) Superintender nos serviços de fiscalização e cobrança;
- b) Velar pelo policiamento especial do mercado, sua ordem, distribuição e bom funcionamento do serviço, com a faculdade de recorrer às forças públicas quando necessário;
- c) Atender com solicitude qualquer queixa, fazendo imediatas averiguações, anotando testemunhas e resolvendo as questões, quando sejam da sua alçada, ou comunicando-as ao presidente da Câmara, em caso contrário;
- d) Velar cuidadosamente pela boa ordem, higiene e asseio dos locais de venda e pelas boas condições dos géneros expostos, chamando a atenção da autoridade sanitária para todos os que se tomem suspeitos e suspendendo, se for caso disso, a venda dos mesmos;
- e) Fazer inutilizar e remover imediatamente todo o peixe que for encontrado sobre o pavimento do mercado, bem como todos os animais que forem encontrados mortos dentro dos respectivos recintos;
- f) Fazer afixar todas as ordens de serviço;
- g) Executar e fazer executar as disposições do presente Regulamento e todas as ordens ou instruções que legitimamente lhe sejam dadas;
- h) Verificar se o pessoal adstrito ao mercado cumpre com zelo e competência os deveres do seu cargo;
- i) Participar ao presidente da Câmara, por escrito, qualquer ocorrência que interesse ao serviço, a manutenção da boa ordem, economia e higiene do mercado;
- j) Requisitar o material e as reparações necessárias;
- k) Proceder à revisão das guias passadas pelo restante pessoal;
- l) Verificar, antes de abandonar o mercado, se tudo está em ordem e se no seu interior fica alguma pessoa ou animal que possa causar prejuízos;
- m) Não permitir que o material pelo qual é responsável seja utilizado para fins diversos daqueles a que é destinado.

2 — Nas faltas e impedimentos do encarregado do mercado, serão as funções desempenhadas por um funcionário municipal designado pelo presidente da Câmara.

Artigo 28.º

1 — Transitariamente, enquanto não for revisto o actual Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Vagos, as taxas mensais a aplicar, referidas no artigo 17.º do presente Regulamento, serão as seguintes:

A — Talhos:

N.ºs 1 e 2, cada — 5000\$;

B — Lojas para a venda de pão:

N.ºs 1 e 2, cada — 2500\$;

C — Lojas para a venda de roupa e calçado:

N.ºs 1 e 2, cada — 2500\$;

D — Lojas para a venda de produtos hortícolas, flores e frutas:

N.ºs 1 a 4, cada — 2500\$;

E — Bancas para a venda de produtos hortícolas, flores e frutas:

N.ºs 1 a 24, cada — 1000\$;

F — Bancas para a venda de peixe e marisco:

N.ºs 1 a 9, cada — 1000\$.

2 — De igual modo, enquanto não for revisto o actual Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Vagos, as taxas diárias a aplicar, referidas no artigo 20.º do presente Regulamento, serão as seguintes:

H — Bancas para a venda de produtos diversos, não especificados (diário):

N.ºs 1 a 17, cada — 150\$.

Artigo 29.º

1 — Fora do mercado, num raio de 400 m, fica proibido o exercício da venda ambulante, durante o horário de funcionamento do mesmo.

2 — A entrada de veículos no recinto ao ar livre só é permitida quando transportem géneros e artigos para venda, mas a sua permanência é limitada ao tempo indispensável para carga e descarga, e apenas quando o encarregado do mercado não vir inconveniente.

3 — Poderá ser ainda autorizada, nos termos do disposto no artigo 20.º e mediante o pagamento da taxa fixada no artigo 28.º, n.º 2, do presente Regulamento, a ocupação diária das bancas que não tenham sido arrematadas.

4 — Serão encargo dos titulares da ocupação as despesas inerentes ao fornecimento de água e luz, se tecnicamente for possível proceder à sua facturação individual. De igual modo são da responsabilidade dos respectivos titulares o pagamento de seguros de pessoal, ou outros necessários ao exercício da actividade.

5 — Nas futuras arrematações terão direito de preferência, em igualdade de circunstância, os titulares de ocupação existentes no momento da arrematação.

6 — Sem prejuízo do disposto na legislação em vigor, as dúvidas que se suscitarem na aplicação do presente Regulamento serão resolvidas pela Câmara Municipal de Vagos.

Aviso n.º 2330/98 (2.ª série) — AP. — Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, na redacção dada pela Lei n.º 18/91, de 12 de Junho, faz-se público que a Assembleia Municipal de Vagos, em sua sessão ordinária realizada no dia 30 de Dezembro de 1997, aprovou, mediante proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião extraordinária do dia 19 de Novembro de 1997, o Regulamento de Utilização e Taxas do Pavilhão Desportivo Municipal Dr. João Rocha, o qual entrará em vigor 15 dias após a sua publicação no *Diário da República*.

10 de Março de 1998. — O Presidente da Câmara, *Carlos Bento*.

Regulamento de Utilização e Taxas do Pavilhão Desportivo Municipal Dr. João Rocha

Nota prévia

O Regulamento de Utilização do Pavilhão Desportivo Municipal Dr. João Rocha foi aprovado no 1.º semestre do ano de 1994 pelos competentes órgãos autárquicos.

Decorridos mais de três anos de funcionamento desse pavilhão, na vigência do actual Regulamento, importa agora proceder a algumas alterações.

Tendo em vista adaptar o seu texto às situações concretas do quotidiano e simplificar a sua gestão.

Assim, coloca-se à consideração da Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Vagos o novo Regulamento de Utilização do Pavilhão Desportivo Municipal Dr. João Rocha.

Introdução

Pavilhão Municipal com infra-estrutura vocacionada para a prática desportiva escolar federada, de formação e de recreação, pretende servir todos os que manifestem interesse na sua utilização, dentro dos condicionalismos de espaço e tempo.